



Estado de Alagoas  
Assembleia Legislativa Estadual  
Comissão de Constituição, Justiça e Redação  
Deputada Cibeles Moura  
**PARECER N° 259/2019**

**PROCESSO N° 1294**

**RELATORA: DEPUTADA CIBELES MOURA**

<b>Referência</b>	: Projeto de Lei Ordinária nº 85, de 2019
<b>Autor(a)</b>	: Deputado Galba Novaes
<b>Assunto</b>	: Projeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartaz em estabelecimentos de saúde que menciona e dá outras providências.

Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas. Projeto de Lei que Projeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartaz em estabelecimentos de saúde que menciona e dá outras providências. Devidamente Constitucional. Parecer pelo prosseguimento do processo legislativo com emenda modificativa.

**1. Relatório.**

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária apresentado nesta egrégia Casa Legislativa em 30/05/2019, de autoria do excelentíssimo senhor Galba Novaes, que tem como objetivo dispor sobre a obrigatoriedade de afixação de cartaz em estabelecimentos de saúde.

O referido projeto afirma que deverá "*ficam os hospitais, clínicas, consultórios e assemelhados, que atendam pacientes em tratamento de câncer sobre os direitos da pessoa com câncer, obrigados a afixar cartazes e distribuir informativos sobre os direitos do paciente com câncer*". Além disso, também afirma que "*a divulgação também deverá ser feita em todos os sites da área de saúde pública sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde e também deverão ser distribuídos nos centros médicos de atendimento gratuito e nos hospitais e clínicas particulares, de forma que fique de fácil compreensão, contendo as informações sobre os direitos garantidos por Lei aos pacientes com câncer*".



Estado de Alagoas  
Assembleia Legislativa Estadual  
Comissão de Constituição, Justiça e Redação  
Deputada Cibele Moura

Por fim, o projeto prevê a aplicação de sanções em caso de descumprimento por pessoa jurídica de direito privado, sendo uma advertência, quando da primeira autuação e multa, quando da segunda, no valor que corresponderá a R\$ 1.000,00 e R\$ 10.000,00.

Posto o breve relato, passo a fundamentar e opinar.

**2. Fundamentação.**

O presente projeto não apresenta qualquer vício constitucional, seja ele de natureza material ou formal, uma vez que se adequa, materialmente, às normas constitucionais federais e estaduais. Além disso, também não possui qualquer vício de iniciativa e, portanto, está isento de inconstitucionalidade formal, uma vez que possui competência residual, ao não afrontar as competências privativas do Governador do Estado, razão pela qual está diretamente alinhado com o artigo 86 da Constituição do Estado de Alagoas, que dispõe:

**Art. 86.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Procurador-Geral de Justiça, ao Defensor Público-Geral do Estado e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privada do Governador do Estado as leis que:

I – fixem ou modifiquem o efetivo da Polícia Militar;

II – disponham sobre:

- a) criação, transformação e extinção de cargos, funções ou empregos públicos, na administração direta, autárquica e fundacional pública, e fixem ou aumentem a sua remuneração;
- b) organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal de administração do Poder Executivo;
- c) servidores públicos do Estado, seu regime jurídico único, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;
- d) organização da Advocacia-Geral do Estado;
- e) criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, direta ou autárquica e fundacional pública;
- f) criação e extinção de sociedade de economia mista e empresa pública, e suas subsidiárias.



Estado de Alagoas  
Assembleia Legislativa Estadual  
Comissão de Constituição, Justiça e Redação  
Deputada Cibeles Moura

Todavia, embora seja louvável a iniciativa da proposição sob exame, para se adequar à perfeita juridicidade e legalidade, entendemos que é necessária uma emenda modificativa e outra supressiva, as quais seguem em anexo, com o objetivo de limitar o alcance a deste projeto aos estabelecimentos públicos, em virtude de ser respeitada a autonomia de funcionamento das instituições privadas, bem como a não intervenção estatal.

Nesse sentido, em razão de ficar constatada a completa constitucionalidade e legalidade da proposição que aqui se expôs opino, por consequência, pelo prosseguimento deste Projeto de Lei, em conjunto com as emendas que seguem em anexo.

Em síntese, eram os fundamentos.

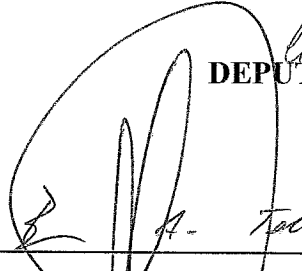
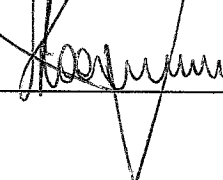
**3. Conclusão.**

Ante ao exposto, opino favoravelmente ao prosseguimento regular do projeto de lei sob exame, em conjunto com suas emendas, conquanto entendo presentes todos os requisitos para a boa técnica legislativa, perfeita forma de juridicidade e a completa constitucionalidade, motivo pelo qual indico seu imediato prosseguimento.

Maceió (AL), terça-feira, 08 de outubro de 2019.

  
PRESIDENTE

  
DEPUTADA ESTADUAL CIBELES MOURA

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



Estado de Alagoas  
Assembleia Legislativa Estadual  
Comissão de Constituição, Justiça e Redação  
Deputada Cibeles Moura

**EMENDA MODIFICATIVA Nº 01, AO PROJETO DE LEI  
ORDINÁRIA Nº 85/2019**

Altere-se o art. 2º, do Projeto de Lei Ordinária nº 85/2019, passando a ter a seguinte redação:

*Art. 2º A divulgação também deverá ser feita em todos os sites da área de saúde pública sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde e também deverão ser distribuídos nos centros médicos de atendimento gratuito, de forma que fique fácil a compreensão, contendo as informações sobre os direitos garantidos por Lei aos pacientes com câncer.*

**JUSTIFICATIVA**

A emenda aqui proposta visa adequar a proposição sob exame ao princípio da autonomia dos estabelecimentos privados, assim como a primazia da não intervenção estatal, razão pela qual modifica o artigo supracitado para que abranja, tão somente, as instituições públicas.

Sala das sessões, terça-feira, 08 de outubro de 2019.

*Cibeles Moura*  
**Cibeles Moura**

Deputada Estadual

2ª	COMISSÃO
SOMOS PELA APROVAÇÃO DA PRESENTE EMENDA.	
MACEIO	08 / outubro / 19
<i>Cibeles Moura</i>	
<i>John F. A. A. - João F. A. A.</i>	



Estado de Alagoas  
Assembleia Legislativa Estadual  
Comissão de Constituição, Justiça e Redação  
Deputada Cibeles Moura

**EMENDA SUPRESSIVA Nº 01, AO PROJETO DE LEI  
ORDINÁRIA Nº 85/2019**

Suprima-se o artigo 4º, do Projeto de Lei Ordinária nº 85/2019.

**JUSTIFICATIVA**

A emenda de supressão aqui proposta visa a adequação do texto à modificação anterior, visto que, não havendo eficácia de tal projeto sob as instituições privadas, não se pode aplicarem-lhes multa por qualquer possível descumprimento.

Sala das sessões, terça-feira, 08 de outubro de 2019.

  
**Cibeles Moura**

Deputada Estadual

2ª	COMISSÃO
SOMOS PELA APROVAÇÃO DA PRESENTE EMENDA.	
MACEIO	08 10 19
